

Assinado com Assinatura Digital
Qualificada por:
NUNO MIGUEL PEREIRA MARTINS
FERREIRA
ANJE - Associação Nacional de Jovens
Empresários
Membro do Conselho de Gestão
Data: 27-07-2021 12:50:46 globaltrustedsign.com

Assinado com Assinatura Digital
Qualificada por:
MÓNICA RODRIGUES NETO
ANJE - Associação Nacional de
Jovens Empresários
Membro do Conselho de Gestão
Data: 27-07-2021 14:56:20 ustedesign.com

**CONCURSO POR CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DA
AÇÃO GENERATOR NO ÂMBITO DO PROJETO STARTERS**

CONVITE

1. Objeto do Procedimento:

Aquisição de serviços para realização da ação Generator no âmbito do projeto Starters.

2. Entidade adjudicante

A Entidade Adjudicante é a ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários, com sede na Casa do Farol – Rua Paulo da Gama, 4169-006 Porto, com o n.º de telefone (+351) 220 108 000, sítio da internet <http://www.anje.pt> e o endereço de correio eletrónico anje@anje.pt

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

Conselho de Gestão da Associação Nacional de Jovens Empresários.

4. Decisão de Contratar

A decisão de contratar, nos termos do artigo 36º e artigo 38º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), foi tomada pelo Conselho de Gestão da ANJE, representada por Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira e Mónica Rodrigues Neto, na qualidade, respetivamente, de Coordenador e Membro do Conselho de Gestão da ANJE, em 27 de julho de 2021.

5. Procedimento a Adotar

Consulta Prévia, nos termos do previsto na alínea c), do nº1 do artigo 20º e no artigo 112º, nº 1 e seguintes, todos do CCP.

6. Consulta e Disponibilização das Peças do Concurso

- a. As peças do presente procedimento serão integralmente disponibilizadas de forma livre, completa e gratuita, na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov acessível através do seguinte endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>, a partir da data do envio dos convites.
- b. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito. Para ter acesso à plataforma da acinGov, os interessados deverão efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>.

7. Prazo de Apresentação da Proposta

- a. O prazo de apresentação da proposta termina às 17h00m do dia 01 de agosto de 2021.
- b. Nos termos do nº 3 do artigo 470º do CCP os prazos para apresentação de propostas são contínuos não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

8. Documentos que constituem a proposta:

- a. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - i. Declaração do anexo I ao CCP, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do mesmo diploma legal, que constitui o Anexo I do Caderno de Encargos;
 - ii. Proposta de Preço, elaborada em conformidade com o Anexo II do Caderno de Encargos;
 - iii. Memória Descritiva da Prestação do Serviço;
 - iv. Quaisquer outros documentos que o concorrente pretenda apresentar, por os considerar indispensáveis para efeitos de análise da proposta.
- b. Os preços das propostas, que devem incluir todos os encargos inerentes ao objeto do contrato a celebrar, são indicados em algarismos e não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), devendo a proposta mencionar que aos preços acresce o IVA, sendo que, quando também por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
- c. A proposta e demais documentos que a constituem serão redigidos em língua portuguesa;
- d. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o fazer.

9. Modo de Apresentação das Propostas

- a. A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, através da plataforma de contratação pública AcinGov, acessível em <https://www.acingov.pt>, com a respetiva assinatura eletrónica, de acordo com o artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- b. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e cada um dos documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 54º do Decreto-Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
- c. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado em plataforma eletrónica, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve indicar o concorrente, a designação do concurso e da entidade adjudicante, o qual deverá ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo a receção deste, que

deve ser registada por referência à respetiva data e hora, ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta.

- d. Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica certificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõe, uma vez que só é admitida a que tenha sido assinada e recebida até à data e hora fixada no presente Convite.
- e. Os documentos apresentados em plataforma ficam sujeitos à aposição de selos temporais nos termos do Decreto-Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

10. Idioma dos Documentos das Propostas

Os documentos que constituem as propostas deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

11. Prazo de Validade das Propostas

As propostas considerar-se-ão válidas e inalteradas em todas as suas condições por um período de 66 dias, contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação, de acordo e nos termos do artigo 65º do CCP.

12. Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nos termos do artigo 59º do CCP.

13. Esclarecimentos, Retificação e Alteração das Peças Procedimentais

- a. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, as entidades convidadas podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50º do CCP, e que digam respeito a:
 - i. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - ii. Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - iii. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

- iv. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
- b. Até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Conselho de Gestão da ANJE:
 - i. Prestará os esclarecimentos solicitados;
 - ii. Pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam pela Direção da ANJE expressamente aceites.
- c. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica AcinGov e juntos às peças patenteados do concurso, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- d. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

14. Retirada das Propostas

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137º do CCP.

15. Consulta da lista dos concorrentes e propostas

No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será disponibilizada, através da plataforma AcinGov, a lista dos concorrentes e respetivas propostas, as quais podem ser consultadas depois dos candidatos efetuarem o "login", introduzindo o email e a palavra-chave.

16. Preço base

O preço base (artigo 47º, nº 1, do CCP) dos serviços objeto do presente procedimento é de €49.748,00 (quarenta e nove mil, setecentos e quarenta e oito euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

17. Critério de Adjudicação

- a. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade de monofator, designadamente avaliação do preço - mais baixo preço, nos termos da alínea b), do artigo 74º, do CCP.
- b. Em caso de empate será efetuado sorteio que obedecerá à seguinte metodologia:

1º Determinar-se-á a seriação dos concorrentes para efeito de estabelecer a ordenação da retirada da bola, pela maior pontuação obtida através de um lance de dados;

2º A cor das bolas significará a seguinte ordenação:

1ª Posição: Bola branca;

2ª Posição: Bola preta;

3ª Posição: Bola vermelha;

Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

18. Esclarecimentos e Suprimento das Propostas

A ANJE poderá solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação da mesma, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 72º do CCP.

19. Análise e Exclusão das Propostas

É considerada inaceitável e em conformidade excluída qualquer proposta que:

- a) Que implique um preço contratual superior ao preço base fixado, entendendo-se por preço contratual o preço da proposta apresentada; ou
- b) Cujas análises revele alguma das causas de exclusão previstas no artigo 146º, nºs 2 e 3 do CCP, aplicável ex vi do artº122º nº2 do mesmo Código.

20. Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

21. Caução

A prestação de caução é dispensada, nos termos do disposto no Art. 88º, nº 2 do CCP, sem prejuízo da ANJE, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar - Cfr. artigo 88º, nº 3, do CCP.

22. Relatório Preliminar

- a. O Júri do Concurso elaborará um Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas fundamentado, ordenando-as por ordem decrescente, de acordo com o critério de adjudicação definido.
- b. No Relatório Preliminar, o Júri do Concurso deverá também propor, fundamentadamente, a eventual exclusão de propostas, nos termos do artigo 122º, nº 2, do CCP.

23. Direito de Audiência Prévia

Após o envio do Relatório Preliminar, os Concorrentes têm 5 (cinco) dias úteis para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, de acordo com o artigo 123º do CCP.

24. Relatório Final

- a. Cumprido o disposto no ponto 23, o Júri do Concurso elaborará um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no nº 1 do artigo 124º do CCP.
- b. No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do Concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no nº 2 do artigo 124º, do CCP.

25. Notificação da Decisão de Adjudicação

- a. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, acompanhada do Relatório Final de análise das propostas.
- b. Notificado da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos por lei e pelo presente Convite.

26. Causa de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar

- a. Não há lugar à adjudicação quando se verifique alguma das situações previstas no artigo 79º do CCP.
- b. A decisão de não adjudicação prevista no número anterior determina a revogação da decisão de contratar, nos termos do artigo 80º do CCP.

27. Documentos de Habilitação

- a. O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação constantes do artigo 81º, nº1 do CCP, nomeadamente:
 - i. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP, do qual faz parte integrante (Anexo 3 ao presente Programa do Concurso);
 - ii. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstos nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º e artigo 55º-A, se aplicável.
- b. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, os mesmos deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada - Cfr- artigo 4º, nº 2, da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro.
- c. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo referido no n.º 27.1 ou nos termos do número anterior - Cfr. artigo 86º, nº 1, do CCP.
- d. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos dos números anteriores, o Conselho de Gestão da ANJE notificará o adjudicatário, para que este, no prazo de 3 dias úteis, se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

28. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação

Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação AcinGov.

29. Notificação da Apresentação dos Documentos de Habilitação

Serão notificados, em simultâneo, todos os Concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, sendo

os mesmos disponibilizados no processo de concurso para consulta de todos os Concorrentes.

30. Aceitação da Minuta e Celebração do Contrato

- a. Será celebrado contrato escrito, nos termos do artigo 94º do CCP.
- b. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário nos termos do nº 1 dos artigos 98º e 100º do CCP.
- c. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos do artigo 101º do CCP.
- d. No cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 104º do CCP, a ANJE comunicará a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
- e. No caso de o Adjudicatário ser um Agrupamento, este deverá, até à data da assinatura do contrato, entregar o contrato de consórcio externo.

31. Cessão da Posição Contratual

- a. O cocontratante não pode ceder a sua posição contratual no contrato celebrado nem qualquer direito ou obrigação deles emergente, sem autorização prévia e por escrito da ANJE.
- b. Sem prejuízo do disposto no CCP, em especial nos artigos 316º e seguintes do CCP, o(s) cocontratante(s) deve(em) justificar fundamentadamente o pedido de cessão da posição contratual.

32. Legislação Aplicável

Em tudo o que estiver omissa no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atualizada.

Porto, 27 de julho de 2021

Pelo Conselho de Gestão da ANJE